



ESTADO
DE
ALAGOAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - SEPLAN/AL

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO - FIPLAN/AL

INSTITUTO DE INFORMÁTICA - IFOR/AL

INSTITUTO DE PROGRAMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL - IPES/AL

ANÁLISE



CONJUNTURAL

1º SEMESTRE/1983 V. 12

ECONOMIA ALAGOANA

ANÁLISE CONJUNTURAL
1º SEMESTRE / 1983

ELABORADO EM CONVÊNIO COM A SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE-SUDENE-

ANÁLISE CONJUNTURAL - ECONOMIA ALAGOANA

Maceió

V. 12

1983

Governador do Estado

DIVALDO SURUAGY

Vice-Governador

JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES

Secretário para Assuntos do Gabinete Civil

GODOFREDO JOSÉ GRACINDO SOARES PALMEIRA

Secretário de Administração

ANTÔNIO GUEDES AMARAL

Secretário da Fazenda

ALOÍSIO BARROSO

Secretário de Planejamento

DILTON FALCÃO SIMÕES

Secretário da Indústria e Comércio

NOÉ SIMPLÍCIO DO NASCIMENTO

Secretário de Educação e Cultura

DOUGLAS APRATTO TENÓRIO

Secretário de Agricultura

MANOEL GOMES DE BARROS

Secretário de Saúde e Serviço Social

HUMBERTO GOMES DE MELO

Secretário de Segurança Pública

ARDEL DE ARTHUR JUCÁ

Secretário do Trabalho e Ação Social

GODOFREDO JOSÉ GRACINDO SOARES PALMEIRA

Secretário Extraordinário de Articulação com o Governo Federal

CELSO DE FREITAS CAVALCANTI

Secretário de Saneamento e Energia

VINICIUS FURTADO MAIA NOBRE

Secretário de Transportes, Obra e Recursos Naturais

NENOI PINTO ARAÚJO

Coordenador do Polo Cloroquímico de Alagoas

EVILÁSIO SORIANO DE CERQUEIRA

Consultor Geral do Estado

FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA

Procurador Geral do Estado
MARCOS BERNARDES DE MELLO

Procurador Geral de Justiça
CARLOS GUIDO FERRÁRIO LÔBO

Auditor Geral do Estado
RONALDO CORREIA FARIAS

Procurador Junto ao Tribunal de Contas
MURILLO ROCHA MENDES

Chefe do Gabinete Militar
SEBASTIÃO ANDRÉ DE OLIVEIRA

Comandante Geral da Polícia Militar de Alagoas
FERNANDO THEODOMIRO SANTOS LIMA

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO

- F I P L A N -

Presidente: DILTON FALCÃO SIMÕES
Coordenação Geral: ANTONIO MARTINHO ARANTES LÍCIO
Assessoria Técnica: MARTHA CÉLIA VASCONCELOS BERNARDES

Instituto de Programação Econômica e Social - IPES

JOSÉ CÂNDIDO DO NASCIMENTO

- Coordenador -

EQUIPE TÉCNICA:

Adelmo Mota Mendonça
Herbert Glisson Falcão dos Santos
Amaro Jorge Correia Pinho
Luiz Antônio Palmeira Cabral

Auxiliares de Estatística:

Edcléia Maria Leocádio
Lígia Maria Mendonça Porto

Mecanografia:

Diógenes Maia Sobrinho
Diana Célia Barbosa da Silva
Ita Casado Silva

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO

1. VISÃO GLOBAL

2. VISÃO SETORIAL

2.1 - SETOR PRIMÁRIO

- a) Aspectos Gerais
- b) Previsão de Safra

2.2 - SETOR SECUNDÁRIO

- a) Aspectos Gerais
- b) Indústria de Transformação
 - b.1 - Consumo Industrial de Energia Elétrica
 - b.2 - Arrecadação do IPI
 - b.3 - Produção da Indústria Química
 - b.4 - Produção da Agro Indústria Açucareira
- c) Indústria da Construção Civil

2.3 - SETOR TERCIÁRIO

- a) Aspectos Gerais
- b) Comércio Externo
 - b.1 - Exportação por Longo Curso
 - b.2 - Importação por Longo Curso
- c) Comércio Interno
 - c.1 - Exportação por Cabotagem
 - c.2 - Importação por Cabotagem
- d) Transporte
 - d.1 - Marítimo
 - d.2 - Aéreo
- e) Consumo de Energia Elétrica
- f) Receita Tributária Federal
- g) Receita Tributária Estadual
- h) Receita Tributária Municipal
- i) Solvência
- j) Emprego

ANÁLISE CONJUNTURAL - ECONOMIA ALAGOANA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE ALAGOAS
- FIPLAN/AL -
INSTITUTO DE INFORMÁTICA - IFOR
INSTITUTO DE PROGRAMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL
- IPES -

Rua Cincinato Pinto, 503 - Centro
57.000 - Maceió - Alagoas
Telefones: 221 - 4188
Telex: (082) 198

Permitida a Reprodução Total ou Parcial desta Publicação desde que seja citada a Fonte.

APRESENTAÇÃO

Dando continuidade a sistemática de divulgação do comportamento Conjuntural da Economia Estadual, a Secretaria de Planejamento através da Fundação Instituto de Planejamento-FIPLAN, coloca à disposição do público interessado o V.12 da publicação "Análise Conjuntural", que retrata o desempenho da economia alagoana segundo os setores de atividades no 1º semestre de 1983, comparativamente ao 1º semestre de 1982.

Deixamos aqui registrado os nossos agradecimentos à equipe responsável pelo desenvolvimento deste trabalho, aos colaboradores e à comunidade de informantes os quais com suas respectivas contribuições tornaram possível esta edição.

DILTON FALCÃO SIMÕES
Secretário de Planejamento

Normalmente até o meio do ano, o comportamento da economia do Estado ainda se encontra de forma indefinida. Pode-se apenas perceber a tendência do desempenho dos principais setores produtivos.

No entanto em função da importância da agroindústria álcool - açucareira, no contexto econômico do Estado, percebe-se um desempenho nos mesmos níveis do observado no período passado, uma vez que o mercado externo se apresenta favorável aos produtores de maior importância da pauta de exportação estadual. De fato, analisada setorialmente, a economia alagoana apresenta sinais de retração em todos os seus segmentos com exceção das atividades ligadas a agro-indústria canavieira.

A safra agrícola continua este ano enfrentando condições climáticas desfavorável, notadamente as lavouras de subsistência que se concentram no semi-árido alagoano. Esse fato, conjuntamente com as modificações ocorridas no crédito rural, vem desestimulando os produtores daquela região.

O Setor Secundário revelou neste primeiro semestre de 1983 um saldo líquido ligeiramente positivo em função principalmente do comportamento das indústrias química, e a agroindústria açucareira.

Já no que se refere ao Setor Terciário, pode-se considerar um desempenho negativo, uma vez que os principais indicadores apresentaram uma performance inferior ao observado no último período de referência. Com exceção dos resultados referentes ao mercado exterior os demais indicadores demonstraram a grande dificuldade por que passa esse segmento da economia.

CONSTITUÍ-SE A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, COM A FUNÇÃO DE AVALIAR E GERENCIAR OS RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO, DE ACORDO COM O PLANO DE CARREIRA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA.

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, COM A FUNÇÃO DE AVALIAR E GERENCIAR OS RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO, DE ACORDO COM O PLANO DE CARREIRA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA.

1. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
2. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
3. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
7. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
8. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
9. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
10. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
11. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
12. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
13. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
14. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
15. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
16. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
17. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
18. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
19. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
20. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
21. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
22. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
23. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
24. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
25. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
26. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
27. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
28. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
29. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
30. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
31. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
32. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
33. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
34. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
35. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
36. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
37. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
38. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
39. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
40. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
41. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
42. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
43. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
44. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
45. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
46. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
47. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
48. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
49. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
50. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
51. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
52. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
53. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
54. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
55. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
56. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
57. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
58. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
59. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
60. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
61. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
62. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
63. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
64. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
65. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
66. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
67. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
68. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
69. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
70. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
71. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
72. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
73. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
74. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
75. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
76. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
77. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
78. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
79. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
80. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
81. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
82. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
83. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
84. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
85. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
86. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
87. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
88. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
89. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
90. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
91. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
92. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
93. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
94. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
95. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
96. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
97. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
98. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
99. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
100. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

2.1 - SETOR PRIMÁRIO

a) Aspectos Gerais

A safra agrícola, que começou a apresentar sinais de recuperação em 1982, após dois anos de insucessos, deverá neste período, com base na previsão de safra, apresentar um comportamento estável em relação ao ano passado.

De fato, as culturas que se concentram no semi-árido alagoano continuam, neste período a enfrentar fatores climáticos desfavoráveis, que conjuntamente com as transformações no crédito rural, vem provocando queda na produção das diversas culturas desenvolvidas, desestimulando os produtores daquela região.

Não-obstante, a produção da cana-de-açúcar, cultura melhor assistida em termos de uso adequado de fertilizantes, assistência técnica, e uma excelente demanda industrial, deverá manter-se aos níveis observados no ano passado. Considerando-se que o ritmo de atividade açucareira, é o fator que determina com profundidade o desempenho do setor, pode-se prever que neste período de 1983, o comportamento do Setor Primário deverá se manter nos níveis verificados em 1982.

QUADRO I

PREVISÃO DE SAFRA
EM JUNHO/1983
S/ PRODUÇÃO VERIFICADA EM 1982.

PRODUTOS	ÁREA OCUPADA (ha)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)			PRODUÇÃO		
	1982	1983	Δ % 83/82	1982	1983	Δ % 83/82	1982	1983	Δ % 83/82
Algodão Herbáceo (t)	82.934	62.534	-24,6	0,312	0,312	23,8	20.859	19.541	-6,3
Arroz em casca (t)	7.393	7.242	-2,1	2,101	2,190	4,3	15.533	15.663	2,1
Felício em geral (t)	150.236	73.147	-51,3	0,330	0,332	61,2	49.576	38.905	-21,5
Fumo em folha (t)	69.643	34.462	-50,6	0,943	0,982	4,1	65.834	33.836	-48,6
Cana de Açúcar (t)	371.108	304.365	-18,2	3,4	3,4	7,1	1.267.512	1.043.644	-17,6
Milho em grão (t)	100.083	15.789	-84,3	0,494	0,562	-7,3	35.473	8.874	-75,0
Mandioca (t)	21.678	21.279	-1,8	10,194	10,254	0,6	220.992	218.192	-1,3
Abacaxi (frutos)	492	500	1,6	18,976	22,124	16,6	9.336.000	11.062.000	18,5
Banana (cacho)	9.039	9.039	0,0	1,147	1,402	22,2	10.368.000	12.672.000	22,2
Coco da baía (frutos)	24.764	24.764	0,0	3,000	3,000	0,0	74.292.000	74.292.000	0,0
Laranja (frutos)	864	864	0,0	79,794	74,369	-6,8	68.942.000	64.235.000	-6,8

FONTE: GCEA.

b) Previsão de Safra

Os Dados fornecidos pelo GCEA/FIBGE, para a previsão de safra das principais culturas, prenunciam um desempenho pouco satisfatório da produção agrícola neste período.

Com execução das culturas permanentes (laranja, coco da baía, banana) as regiões do agreste alagoano onde se concentram as lavouras

de subsistência, apresentou sensíveis perdas em relação ao último período, principalmente as culturas de algodão, feijão, milho e fumo, que em função dos seríssimos efeitos da estiagem, vem desestimulando os produtores, fazendo com que a situação das lavouras se condicionem ao comportamento das chuvas no segundo semestre de 1983.

A cultura do milho já tem praticamente a sua situação definida. Observou-se uma drástica redução na área plantada (84,03%) na produção esperada (75,0%) agravado pela tendência de queda no rendimento médio esperado no início do plantio (7,3%). A produção poderá reduzir-se mais ainda quando se encerrar a colheita e se obtiver o rendimento médio definitivo da gramínea.

A cultura do fumo encontra-se em situação de declínio, confirmando a tendência prevista desde o início do plantio. Entretanto a reação favorável do inverno no fim deste semestre, estimulou o cultivo embora com retardo, onde apenas cerca de 36% da área prevista foi plantada até este mês.

Há entretanto fortes propensões à reduções maiores, dependendo da definição climática no próximo bimestre, uma vez que o plantio ainda está em andamento nas principais regiões produtoras.

O feijão, como era de se esperar, apresentou reduções seríssimas, uma vez que as poucas e mal distribuídas chuvas ocorridas no Estado desestimularam o plantio, verificando-se uma queda de 51,3% na área plantada. Esperando-se portanto uma produção de 21,5% inferior a prevista no início deste semestre.

O arroz este semestre não apresentou variações sensíveis, vinculados principalmente às correções efetuadas nas áreas de Pão de Açúcar e São Miguel dos Campos, onde as irregularidades pluviométricas impediram o semeio de toda a área. Estima-se que haja pequenas reduções nos plantios feitos em terra firme e varzeas não irrigadas em face das deficiências hídricas.

A cana de açúcar é a única cultura periódica que apresenta perspectivas positivas para este ano de 1983. Considerando o incremento verificado na área plantada e no rendimento médio observado, a safra deste ano, poderá até suplantará a do ano anterior, apesar de fatores climáticos não favoráveis em determinadas áreas do Estado, além das reduções observadas no crédito rural. Não obstante, o ritmo da atividade canavieira, em função da excelente demanda industrial, deverá manter-se nos níveis observados no ano passado.

a) Aspectos Gerais

O panorama conjuntural para as empresas que compõem o Setor Industrial, revelou neste primeiro semestre de 1983, um saldo líquido positivo, uma vez que a agro-indústria álcool-açucareira, de peso fundamental na economia do Estado, ao encerrar a safra 82/83 neste semestre, apresentou uma performance satisfatória vindo a influenciar profundamente os resultados globais do Setor Secundário.

A Indústria Química apresentou queda na produção de alguns produtos, porém devido à estímulos oferecidos às exportações, os produtos demandados no mercado externo obtiveram significativos incrementos.

Finalmente, a Indústria de Construção Civil sofreu sensivelmente os efeitos da política financeira do BNH que de alguma forma veio desestimular a demanda, agravado ainda mais pelo fato das empresas de construção civil terem concluído e ofertado seus projetos antes deste inverno, no momento em que os agentes financeiros do BNH desaceleravam o ritmo dos financiamentos, causando insegurança e incerteza aos empresários.

b) Indústria de Transformação

b.1 - Consumo Industrial de Energia Elétrica

Neste semestre, o Consumo Industrial de Energia Elétrica sofreu uma redução de 4,3%, como efeito da redução no ritmo de produção da Salgema S/A, uma vez que para processar os seus produtos, esta empresa se tornou o principal usuário da CHESF.

Vale solicitar que a participação da classe de Consumo "industrial" sobre o total de energia consumida, baixou de 72% no trimestre de 1982 para 66,9% neste período, refletindo a retração observada no Setor Industrial como um todo.

QUADRO II

CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA

1º SEMESTRE 83/82

TOTAL		Δ % 83/82	INDUSTRIAL		Δ % 83/82
1982	1983		1982	1983	
612.859	631.712	3,1	441.241	422.466	-4,3

FONTE: CEAL-CHESF-SUDENE/IFOR.

Período Considerado: Janeiro/Abril/83

b.2 - Arrecadação do IPI

A Arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados não correspondeu à realidade da produção industrial neste período uma vez que continuam a existir isenções nos ramos "química" e "gráfica" o que de certa forma distancia o IPI como indicador do nível de atividade industrial.

Apesar disto, observou-se uma redução de 25,5% na arrecadação do IPI, fato este, bastante relacionado ao alto grau de inadimplência verificada em algumas empresas do ramo, Indústria de Transformações neste período.

QUADRO III
ARRECAÇÃO DO IPI
1º SEMESTRE 83/82

EM CR\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS		Δ % 83/82	TOTAL		Δ % 83/82
	1982	1983		1982	1983	
VALOR NOMINAL	168.859	268.844	59,2	2.158.303	5.929.094	174,7
VALOR REAL	168.859	125.792	-25,5	2.158.303	2.774.223	28,5

FONTE: SRF/CIGF/IFOR

DEFLATOR: Índices de Preços Conjuntura Econômica F.G.V.

BASE: 1982 = 100

* Período Considerado Janeiro/Maio/83/82

b.3 - Produção da Indústria Química

A Indústria Química neste primeiro semestre de 1983 apresentou um desempenho positivo.

A produção de álcool, alcançou um incremento de 32,1% sendo grande parte utilizada na elaboração do Dicloretoano, produto nobre derivado do SALGEMA, que em função da grande procura do mercado exterior, obteve uma performance 54,4% superior a do trimestre passado. Os demais produtos apresentaram queda na produção em virtude principalmente de retração de demanda, como reflexo da atual conjuntura do País.

QUADRO IV
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA QUÍMICA
1º SEMESTRE 1982/1983

PRODUTOS	1982	1983	Δ % 83/82
ÁLCOOL	200.668	265.125	32,1
DICLORETANO	81.596	125.988	54,4
CLORO	4.808	2.412	-49,8
ÁCIDO CLORÍDRICO	1.405	1.247	-11,2
SODA CÁUSTICA	120.010	104.318	-13,1
ETENO	14.326	116	-99,2
HIPOCLORITO DE SÓDIO			
+ SAL	13.010	19.272	48,1

FONTE: IAA/SALGEMA/SUDENE/IFOR

b.4 - Produção da Agro-Indústria Açucareira

O panorama apresentado pela produção da Agro-Indústria Açucareira neste primeiro semestre, foi satisfatório, uma vez que se constatou um crescimento de 21,8% no total do açúcar produzido, em relação ao mesmo período do ano passado.

O açúcar cristal apresentou um volume produzido de 5.296.678 sacos de 50 kg, 10,6% superior ao de 1982. O açúcar demerara, atingiu 4.672.062 sacos de 50 kg neste período, ao mesmo tempo em que foram produzidos 260.002 de melaço, apresentando crescimento de 38,5% e 15,6% respectivamente.

Mais de 40% da produção de açúcar da região é gerada no Estado de Alagoas, e para o Estado, uso determina fundamentalmente e comportamento da atividade econômica.

QUADRO V
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
PRODUÇÃO DA AGRO INDÚSTRIA AÇUCAREIRA
1º SEMESTRE 1983/1982

PRODUTOS	MELAÇO	AÇÚCAR CRISTAL	AÇÚCAR DEMERARA
PERÍODOS	1.000 kg	SACOS 50 kg	SACOS 50 kg
1982	224.862	4.804.132	3.374.544
1983	260.002	5.296.678	4.672.062
% 83/82	15,6	10,6	38,5

FONTE: IAA/IFOR.

c) Indústria da Construção Civil

Conforme sondagem verificada junto as principais construtoras de Alagoas, o primeiro semestre de 1983, experimentou um certo arrefecimento no seu ritmo de expansão, em relação ao mesmo período do ano passado. A maioria das empresas assinalaram perspectivas de queda no mercado construtor, em virtude do decremento no volume de novas obras contratadas, principalmente aquelas dependentes de financiamento do BNH, esperando-se portanto uma desaceleração profunda no setor.

As edificações que foram concluídas e licenciadas para habite-se obtiveram um incremento de 172,2% e a área licenciada para construção também se elevou em 48,8%, embora a comercialização dessas unidades tenha sido duramente prejudicada pela paralização dos financiamentos do BNH.

O consumo aparente de cimento, acompanhou a evolução observada nas construções efetuadas neste semestre, apresentando um incremento de 32,5%. Porém a produção de cimento, com -39,7%, em relação aos níveis observados no mesmo semestre do ano passado, refletindo a redução do ritmo de comercialização do mercado de imóveis neste período, além das expectativas recessivas do período seguinte.

QUADRO VI
ÁREA LICENCIADA PARA CONSTRUÇÃO E HABITE-SE CONCEDIDOS EM MACEIÓ
1º SEMESTRE 1983/82

ÁREA LICENCIADA PARA CONSTRUÇÃO						ÁREA LICENCIADA PARA HABITE-SE					
TERRENOS		Δ % 83/ 82	EDIFICAÇÕES		Δ % 83/ 82	TERRENOS		Δ % 83/ 82	EDIFICAÇÕES		Δ % 83/ 82
1982	1983		1982	1983		1982	1983		1982	1983	
293.602	1.483.048	405,1	120.624	179.445	48,8	75.301	563.311	648,1	35.585	96.862	172,2

FONTE: FIBGE/IFOR

QUADRO VII
PRODUÇÃO E CONSUMO APARENTE DE CIMENTO
1º SEMESTRE 1983/82

CONSUMO		Δ % 83/82	PRODUÇÃO		Δ % 83/82
1982	1983		1982	1983	
99.306	131.542	32,5	161.967	97.716	-39,7

FONTE: SUDENE/IFOR

a) Aspectos Gerais

O desempenho do Setor Terciário no primeiro semestre de 1983 comparando com igual período do ano anterior pode ser considerado ruim.

Saliente-se os resultados obtidos pelas exportações/importações por longo curso, alcançando uma receita cambial da ordem de US\$ 102,6 milhões com incremento de 14,5%, considerado um bom desempenho se comparado, com o incremento de 12,5% da região Nordeste.

Com exceção dos resultados do comércio externo, os demais indicadores demonstraram a grande dificuldade porque passa o Setor Terciário.

Dados relevantes que comprovam essa fase estão contidos nos Indicadores de Solvabilidade e movimento de mão-de-obra, nos quais percebem-se um alto índice de insolvência no comércio, notadamente as empresas de pequeno porte.

b) Comércio Externo

b.1 - Exportações por Longo Curso

As retrações nas importações de alguns países compradores do Brasil e a própria definição de uma política econômica recessiva, causaram uma certa queda nas exportações por longo curso, de alguns produtos importantes na pauta de exportações do Estado. Acusaram pequenos decréscimos, o açúcar demerara e o fumo em folha com, 2,9% e 11,8% respectivamente. Já a soda cáustica diminuiu sensivelmente com um percentual de 56,0% em consequência de sua baixa cotação no mercado.

As exportações com soda cáustica só ocorreram pela necessidade de se cumprir contratos de vendas já firmados.

De uma forma geral, considerando as dificuldades do mercado externo, as exportações apresentaram um crescimento de (5,9%), considerado satisfatório.

Cabe entretanto registrar, o acelerado crescimento verificado na comercialização do dicloroetano, 354,8%, justificado principalmente pela favorabilidade dos preços no mercado externo.

QUADRO VIII
COMÉRCIO EXTERNO
MOVIMENTO DE CARGA POR LONGO CURSO
1º SEMESTRE 1983/82

PRINCIPAIS PRODUTOS CO- MERCIALIZADOS	E X P O R T A Ç Õ E S		
	Q U A N T I D A D E (TON.)		
	1982	1983	Δ % 83/82
AÇÚCAR DEMERARA	302.756	294.027	-2,9
DICLORETANO	21.490	97.742	354,8
SODA CÁUSTICA	56.695	24.930	-56,0
FUMO EM FOLHA	13.265	11.695	-11,8
MELAÇO	11.366	-	-
COURO	50	-	-
CARGA GERAL	39	1.016	2.505,1
T O T A L	405.661	429.410	5,9

FONTE: PORTOBRÁS/IFOR.

b.2 - Importações por Longo Curso

Os problemas surgidos com o agravamento da dívida externa e as consequentes políticas adotadas na tentativa de equilibrar e apresentar superavit na nossa balança comercial explicam a queda nas importações por longo curso. Alguns produtos de maior importância como o trigo em grão e adubos, decresceram em 46,7% e 58,3% respectivamente. De trigo em grão foram importadas no primeiro semestre de 1982, 73.437 toneladas, caindo para 39.126 toneladas, enquanto que os adubos decresceram de 67.345 toneladas importadas no primeiro semestre do ano passado para 28.079 toneladas no igual período do corrente ano. Há de se considerar que produtos constantes na pauta de importação de igual período de 82, não constam nesse primeiro semestre de 1983, resumindo as importações, praticamente, aos dois produtos acima comentados.

No geral as importações por longo curso decresceram no primeiro semestre de 1983 em 56,2% se comparado com igual período do ano anterior.

QUADRO IX
COMÉRCIO EXTERNO
MOVIMENTO DE CARGA POR LONGO CURSO
1º SEMESTRE 1983/ 1º SEMESTRE 1982

PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	I M P O R T A Ç Õ E S		
	Q U A N T I D A D E (TONELADAS)		
	1982	1983	Δ % 83/82
TRIGO EM GRÃO	73.437	39.126	-46,7
ADUBOS	67.345	28.079	-58,3
ÓLEO B.P.F.	7.045	-	-
ÓLEO DIESEL	5.429	-	-
FUMO	304	-	-
CARGA GERAL	-	81	-
T O T A L	153.560	67.286	-56,2

FONTE: PORTOBRÁS/IFOR

c) Comércio Interno

c.1 - Exportações por Cabotagem

Algumas variáveis como o preço e o incremento do comércio por longo curso refletiram imediatamente no mercado interno, para alguns produtos. A queda da comercialização da soda cáustica provocado pela diminuição do preço ocasionado pelo excesso de demanda e, o decréscimo das exportações de dicloreto pelo maior atratividade do mercado externo confirmam esse fato.

Os demais produtos apresentaram crescimento significativo, principalmente o petróleo em 51,0% e o álcool, 31,0%, pelo aumento da produção desses produtos e da importância que tem os mesmos para o resto do país.

As exportações por cabotagem cresceram em 6,2%, número considerado pouco significativo.

QUADRO X
COMÉRCIO INTERNO
MOVIMENTO DE CARGA POR CABOTAGEM
1º SEMESTRE 1983/1º SEMESTRE 1982

PRINCIPAIS PRODUTOS	E X P O R T A Ç Õ E S		
	Q U A N T I D A D E (TONELADA)		
	1982	1983	Δ % 83/82
COMERCIALIZADOS			
SODA CÁUSTICA (*)	148.348	139.438	-6,0
AÇÚCAR CRISTAL	11.750	-	-
PETRÓLEO	91.740	138.513	51,0
DICLORETANO	60.243	47.218	-21,6
ÁLCOOL	42.620	55.825	31,0
MELAÇO	2.000	-	-
CARGA GERAL	2.174	155	-92,9
T O T A L	358.875	381.149	6,2

FONTE: PORTOBRÁS/IFOR

(*) Na tonelagem total da soda cáustica, esta incluído 50% de água, por medi-
da técnica de transporte do produto.

c.2 - Importações por Cabotagem

As variações verificadas nas Importações por Cabota-
gem são muito mais em consequência das políticas adotadas pelo Poder Público
para proporcionar um superávit na balança comercial, já citadas, do que a pró-
pria queda do mercado interno. Os produtos que apresentaram decréscimos como
o eteno e o óleo B.P.F derivados do petróleo e os adubos químicos que têm os
seus componentes importados de outros países, confirmam a justificativa acima.

Os demais produtos se comportaram de uma forma nor-
mal com pequenos acréscimos exceção feita para o trigo em grão explicado pe-
la necessidade de cobrir a queda nas importações por longo curso.

No total, as importações por cabotagem decresceram em
5,3%.

QUADRO XI
COMÉRCIO INTERNO
MOVIMENTO DE CARGA POR CABOTAGEM
1º SEMESTRE 1983/1º SEMESTRE 1982

PRINCIPAIS PRODUTOS	I M P O R T A Ç Õ E S		
	Q U A N T I D A D E (TONELADAS)		
	1982	1983	Δ % 83/82
COMERCIALIZADOS			
GASOLINA	27.848	29.700	6,7
ÓLEO B.P.F.	15.676	11.915	-24,0
ÓLEO DIESEL	72.949	82.490	13,1
QUEROSENE	1.328	1.406	5,9
TRIGO EM GRÃO	6.958	9.508	36,7
ETENO	7.499	5.031	-32,9
ADUBO	25.355	14.850	-41,4
MILHO	5.010	-	-
CARGA GERAL	1.117	168	-85,0
T O T A L	163.740	155.068	-5,3

FONTE: PORTOBRÁS/IFOR

d) Transporte

d.1 - Marítimo

Verificado os pequenos acréscimos das exportações,
tanto por longo curso como por cabotagem, e os decréscimos nas importações con-
clui-se do porquê dos decréscimos no movimento de navios.

A quantidade de navios por longo curso caiu em 1,5%
e por cabotagem 21,1% caindo, consequentemente, o movimento geral em 14,4% em
relação a igual período do ano anterior.

QUADRO XII
MOVIMENTO DE NAVIOS NO PORTO DE MACEIÓ
1º SEMESTRE 1983/1º SEMESTRE 1982

INDICADORES	Q U A N T I D A D E		
	1982	1983	Δ % 83/82
LONGO CURSO	67	66	-1,5
CABOTAGEM	128	101	-21,1
T O T A L	195	167	-14,4

FONTE: PORTOBRÁS/IFOR.

d.2 - Aéreo

Apesar do crescimento do fluxo turístico para Macaio, nos últimos anos, os pousos e decolagens não têm correspondido, desde que, o acréscimo do primeiro semestre de 1983 em relação ao igual período do ano anterior, foi de 3,2% para os pousos e 3,9% para as decolagens fazendo, consequentemente, que o número de passageiros embarcados crescesse de 1,4% e os desembarcados de 2,5%.

Os decréscimos apresentados pelo embarque e desembarque de cargas, têm justificativas que vão desde o aumento do custo do transporte de carga até a mudança na apuração do movimento dos correios.

Os dados de maior importância se referem ao embarque e desembarque de mala postal, que cresceram de 893,9% e 564,6% respectivamente. Tal fato foi decorrentes do procedimento na apuração das informações, de que, a movimentação do SERCA era tido como carga passando a ser incluída desde setembro de 1982 como mala postal.

QUADRO XIII
MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AÉROPORTO DOS PALMARES
1º SEMESTRE 1983/1º SEMESTRE 1982

COMPORTAMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS	1982	1983	Δ % 83/82
POUSOS	2.554	2.636	3,2
DECOLAGENS	2.550	2.649	3,9
EMBARQUE DE PASSAGEIROS	58.602	59.445	1,4
DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS	55.001	56.367	2,5
PASSAGEIROS EM TRÂNSITO	49.871	49.030	-1,7
EMBARQUE DE CARGA (kg)	313.267	237.791	-24,1
DESEMBARQUE DE CARGA (kg)	684.264	524.395	-23,4
CARGA EM TRÂNSITO (kg)	798.976	756.184	-5,4
EMBARQUE DE MALA POSTAL (kg)	13.452	133.695	893,9
DESEMBARQUE DE MALA POSTAL (kg)	30.281	201.249	564,6

FONTE: INFRAERO/IFOR.

e) Consumo de Energia Elétrica

As variações positivas constatadas no período de janeiro/maio de 1983 em relação a igual período de 1982, no indicador consumo de energia elétrica, são consequência natural do crescimento da demanda pelo aumento de população, expansão das áreas e atividades urbanas além da própria

política de aumento da oferta desencadeado pelo Poder Público.

O decréscimo ocorrido na classe de consumidor industrial pode ter sido em decorrência da diminuição da atividade industrial o que justifica pelo período recessivo que passa o País sem, com isso querendo afirmar que, esse indicador isolado, mediria o desempenho do Setor Industrial no Estado.

QUADRO XIV
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
Janeiro/Maio 1983/Janeiro/Maio 1982

CLASSE DE CONSUMIDOR	CONSUMO EM MWH		
	1982	1983	Δ % 83/82
RESIDENCIAL	79.669	92.628	16,3
COMERCIAL	41.539	53.377	28,5
INDUSTRIAL	441.241	422.466 (1)	-4,3
PODERES PÚBLICOS (2)	22.543	30.990	37,5
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	19.894	22.434	12,8
RURAL	7.973	9.817	23,1
T O T A L	612.859	631.712	3,1

FONTE: CEAL/CHESF/IFOR.

(1) Sujeito a retificação

(2) Incluindo Serviços Públicos.

f) Receita Tributária Federal

A Receita Tributária Federal apresentou um quadro positivo nesse primeiro semestre, 28,5% superior ao observado no primeiro semestre do ano passado. Isto se deve principalmente a arrecadação do Imposto de Renda que apresentou modificações no mecanismo da arrecadação. No item Imposto de Renda Pessoa Física por exemplo, aconteceram antecipações no recolhimento, como já ocorria anteriormente com o Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Além disso, toda a arrecadação referente ao exercício de 1982 ficou dentro do exercício do ano civil de 1983.

Ainda em relação ao item Imposto de Renda, percebe-se a sua altíssima representatividade no contexto dos Tributos Federais no Estado, neste 1º semestre o Imposto de Renda contribuiu com 83% do total arrecadado.

Quanto aos demais impostos, cabe destacar a redução observada no recolhimento do IPI, cerca de 25% em termos reais, justificado

não sô pela redução das atividades industriais mas também pelo altíssimo grau de inadimplência das empresas do setor.

QUADRO XV
ESTADO DE ALAGOAS
DEMONSTRATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA FEDERAL
1º SEMESTRE 1983/1982

EM Cr\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR NOMINAL			VALOR REAL		
	1982	1983	Δ % 83/82	1982	1983	Δ % 83/82
Imposto s/Importação	3.074	3.118	1,4	3.074	1.459	-52,5
Imposto s/Produtos Industrializados	168.859	268.844	59,2	168.859	125.792	-25,5
Imposto s/ Renda	1.582.824	4.889.258	208,9	1.582.824	2.287.684	44,5
Imposto s/ Transporte	64.275	114.264	77,8	64.275	53.464	-16,8
Imposto s/ Energia	271.165	555.434	104,8	271.165	259.887	-4,2
Outros	65.786	91.171	38,6	65.786	42.659	-35,2
T O T A L	2.155.983	5.922.089	174,7	2.155.983	2.770.945	28,5

FONTE: SRF - CIEF/IFOR

DEFLATOR: Índices de Preços da Conjuntura Econômica-FGV (1982 = 100)

g) Receita Tributária Estadual

No que se refere a Receita Tributária Estadual, este primeiro semestre de 1983 representou uma performance semelhante a do ano passado, uma vez que em termos reais, detectou-se um incremento de 2,5% sobre o período anterior.

O ICM, item de maior significância no global da Receita Tributária Estadual, refletiu um rendimento positivo, em torno de 2%. Dentre os produtos que geraram ICM neste período, destacou-se a arrecadação relativa a atividade canavieira, que apresentou um crescimento de 7,9%, em termos reais, comportamento este, vinculado à expansão da produção do álcool, do açúcar cristal e do açúcar demerara, visto que o mercado para estes produtos se apresentou extremamente favorável.

Considerando-se que neste período, a atividade canavieira obteve uma participação de 43,6% no total do ICM arrecadado, pode-se inferir que o comportamento geral da receita refletiu o desempenho desta atividade.

Cabe finalmente destacar a evolução observada na par-

ticipação do ICM gerado pelos produtos derivados da SALGEMA, que neste período subiram para 9% do total arrecadado, resultado superior a igual período do ano passado.

QUADRO XVI
ESTADO DE ALAGOAS
DEMONSTRATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA ESTADUAL
1º SEMESTRE 1983/1º SEMESTRE 1982

ESPECIFICAÇÃO	VALOR NOMINAL			VALOR REAL		
	1982	1983	Δ % 83/82	1982	1983	Δ % 83/82
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA	10.408.196	22.802.566	119,1	10.408.196	10.669.321	2,5
ICM 100%	10.126.701	22.077.533	118,0	10.126.701	10.330.078	2,0
ARRECAÇÃO DO ICM DA ATIVIDADE CANAVIEIRA	4.170.087	9.618.605	130,7	4.170.087	4.500.545	7,9
OUTROS IMPOSTOS E TAXAS	281.498	725.034	157,6	281.498	339.243	20,5
PRODUTOS DERIVADOS DA SALGEMA	878.547	1.916.917	118,2	878.547	896.925	2,1
OUTRAS INDÚSTRIAS	105.291	-	-	105.291	-	-

FONTE: SEFAZ/DAF/IFOR

DEFLATOR: Índices de Preços da Conjuntura Econômica-FGV (1982 = 100)

h) Receita Tributária Municipal

O comportamento da Receita Tributária Municipal neste primeiro semestre de 1983 foi bastante fraco. Vê-se que os Imposto Predial e Territorial apresentaram-se quase inexistentes, por conta do atraso na distribuição dos carnês de pagamento, enquanto o Imposto Sobre Serviços (ISS) apresentou um crescimento de 11%.

Nogeral, a queda da Receita Tributária Municipal foi de 25% em termos reais, esperando-se para o segundo semestre uma substancial recuperação na arrecadação destes tributos.

QUADRO XVII
ESTADO DE ALAGOAS
DEMONSTRATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL
1º SEMESTRE 1983/1982

ESPECIFICAÇÃO	VALOR NOMINAL			VALOR REAL		
	1982	1983	$\Delta \%$ 83/82	1982	1983	$\Delta \%$ 83/82
IMPOSTO PREDIAL	80.715	46	-	80.715	22	-99,97
IMPOSTO TERRITORIAL	7.407	-	-	7.407	-	-
IMPOSTO S/ SERVIÇOS	169.698	402.508	137,2	169.698	188.333	11,0
TOTAL DOS IMPOSTOS	257.820	402.554	56,1	257.820	188.355	-26,9
TOTAL DAS TAXAS	79.573	136.198	71,2	79.573	63.727	-19,9
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA	337.393	538.752	59,7	337.393	252.082	-25,3

FONTE: DAF/IFOR

DEFLATOR: Índice de Preços da Conjuntura Econômica-FGV - (1982 = 100)

i) Solvência

Os indicadores de solvabilidade são o reflexo da situação econômica-financeira do País e os seus resultados sobre o poder de compra do consumidor e os pequenos e médios comerciantes, esses últimos, deslocados para outras atividades pela falência ou mesmo a desistência pelas dificuldades encontradas fazendo com que ocorram modificações profundas na estrutura do comércio local.

O aumento dos pedidos de falência de 27 para 75, a quase duplicação no número de cadastros negativos, 94% e a não correspondente reabilitação de crédito, que cresceu em termos relativos de 26,9%, além de, ocorrido no comércio local.

QUADRO XVIII
ESTADO DE ALAGOAS
INDICADORES DE SOLVABILIDADE
1º SEMESTRE 1983/1982

ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE			VALOR NOMINAL			VALOR REAL		
	1982	1983	$\Delta \%$ 83/82	1982	1983	$\Delta \%$ 83/82	1982	1983	$\Delta \%$ 83/82
TÍTULOS PROTESTADOS (*)	12.305	3.491	-72,0	1.202.636	471.924	-61,0	1.202.636	220.813	-81,6
FALÊNCIAS REQUERIDAS	27	75	178,0	-	-	-	-	-	-
FALÊNCIAS DECRETADAS	04	01	-75,0	100	-	-	100	-	-
CADASTROS NEGATIVOS	6.013	11.674	94,1	171.103	1.189.604	584,0	171.103	547.257	219,8
CRÉDITOS REABILITADOS	5.530	4.481	-26,9	55.638	248.398	347,3	55.638	116.506	109,4
INFORMAÇÕES SOLICITADAS	100.328	110.318	10,0	-	-	-	-	-	-
RESPOSTAS POSITIVAS	95.994	104.734	9,1	-	-	-	-	-	-

(*) Até Abril.

FONTE: Cartório de Protestos/SPC/IFOR.

DEFLATOR: Índice de Preços da Conjuntura Econômica-FGV - (1982 = 100)

j) Emprego

As flutuações de mão-de-obra verificadas no mercado formal e levantadas junto a Delegacia Regional do Trabalho são uma boa amostra do que ocorre do mercado de trabalho.

Analisando o quadro XIX - Movimento de Mão-de-Obra verifica-se a diminuição no número de admitidos em 20,0%, demitidos em 2,7% e de primeiro emprego em 27,6%. Essa queda, principalmente nas admissões e no número de primeiro emprego, mostram a pouca absorção ocorrida no período. A pequena variação negativa nas demissões, ou seja, continua elevado o número de demissões de pessoas com mais de um ano de trabalho, combinado com a faixa da população que atingiu a idade econômica ativa e que cada vez menos é absorvida (primeiro emprego), denota o quanto se encontra difícil o mercado de emprego no Estado.

QUADRO XIX
ESTADO DE ALAGOAS
MOVIMENTO DE MÃO-DE-OBRA
1º SEMESTRE 1983/1º SEMESTRE 1982

ESPECIFICAÇÃO PERÍODOS	NÚMERO DE ADMITIDOS	NÚMERO DE DEMITIDOS	PRIMEIRO EMPREGO	HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO	CARTEIRAS DE PROFISSIONAIS EXPEDIDAS	PARTICIPAÇÃO % DO 1º EMPREGO S/ TOTAL DE ADMISSÕES	PARTICIPAÇÃO % DO 1º EMPREGO S/ TOTAL DE CARTEIRAS PROFIS- SIONAL EXPEDI- DAS	PARTICIPAÇÃO % DAS HOMOLOGA- ÇÕES DE RESCI- SAO DE CONT.DE TRAB.S/TOTAL DE DEMISSÕES
1982	35.077	36.003	7.769	2.391	49.480	22,1	15,7	6,6
1983	28.153	35.034	5.621	2.516	38.166	20,0	14,7	7,2
Δ % 83/82	-20,0	-2,7	-27,6	5,2	-22,9	-	-	-

FONTE: Delegacia Regional do Trabalho/IFOR.